

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MORROS
Ariana Gomes da Silva

1) Introdução

1.1 Informações gerais sobre o município

Dados sobre o município	Respostas
Nome do Município	Morros
Estado	Maranhão
Data de fundação do município	28 /04/1898
Bioma(s) no município	Amazônia e Cerrado
Bacia(s) hidrográfica(s) do município	Rio Munin
Número total de habitantes - Censo 2010	17.783
Número total de habitantes - Estimativa 2020	19.572
População rural - Censo 2010	11063
População urbana - Censo 2010	6.720
Produto Interno Bruto (PIB) 2020	124.467,38
Índice de Gini	0,5865 (2010)
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,548 (2010)
Número total de estabelecimentos rurais	1.266
Área ocupada pelos estabelecimentos rurais	1.177
Número de estabelecimentos da agricultura familiar	
Área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar	
Orçamento 2021	

Previsão de despesas 2021	
Orçamento 2020	
Previsão de despesas 2020	

O município de Morros foi fundado em 12 de junho de 1935 com 1.712,121 km², de extensão territorial. Localizado na região conhecida como Baixo Munim, no estado do Maranhão. O município compõe a microrregião de Rosário. Sua população, segundo os dados do IBGE 2020 é de 19.572 habitantes.

Com uma população rural que representa quase o dobro da urbana, o município tem como principais atividades econômicas a agricultura e o extrativismo. Na produção agrícola os principais produtos produzidos pelas famílias são: mandioca para a produção de farinha (d'água, branca e tapioca), cheiro verde, vinagreira, maxixe, quiabo, couve, taioba, cará, junça, gergelim, corante de urucum, farinha de araruta. Além desses produtos as famílias comercializam diversos tipos de frutas, conservas de pimentas, polpas de acerola, murici, caju, mangaba, bacuri e outras frutas da região. As/os produtores também produzem mel de abelha, doces, licores, sorvetes e garrafadas medicinais.

A produção realizada pelos povos e comunidades tradicionais no município é baseada nos princípios da agroecologia. Grande parte desses produtos são comercializados na própria região, principalmente através das feiras, que ganharam um espaço importante, quando em 2010 as agricultoras e agricultores em parceria com a Associação Agroecológica- TIJUPA iniciaram a realização dessas feiras agroecológicas permanentes na região. Ao mesmo tempo as famílias acessam programas de compras governamentais da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos-PAA.

Para a construção desse levantamento, utilizamos documentos e informações fornecidas pela equipe da TIJUPÁ, e pesquisas em sites do IBGE.

2) Contexto político

O estado do Maranhão é um estado essencialmente agrário (IBGE, 2019), e que tem uma concentração de terras e acesso a recursos extremamente desigual. No município de Morros vamos encontrar um grande número de assentamentos, sendo a maioria regularizados pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), esse é o segundo município do Estado com maior quantidade de assentamentos pelo órgão. Em menor número, temos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dois assentamentos. Morros não é um município marcado por ação de grandes empreendimentos, mas as vezes são surpreendidos com alguns

empreendimentos na região, é o caso da energia eólica, promovido pela empresa Argo, que tem um grande empreendimento avançando nos Estados, como o Ceará e Piauí, passando no município, prejudicando os agricultores e agricultoras.

Esses empreendimentos tem uma prática de antes de chegarem aos municípios, já terem se articulados com o poder judiciário, responsável por intervir diretamente nos processos de indenização, licenciamentos, e outros para que as empresas se instalem na região. Se articulam também com a prefeitura, de fazer alguns acordos, como fazer pequenos trechos de estrada, pontes, etc. Essas são estratégias conhecidas na implantação de diversos empreendimentos, embora, haja instrumentos, os povos e comunidades tradicionais não tem tido a escuta e nem consulta prévia necessária dentro desses processos.

Na luta pela permanência nos seus territórios, as estratégias de luta, envolvendo a produção e comercialização dos seus produtos tem garantido às famílias a acessarem políticas que apoiam a venda dos seus produtos da agricultura familiar e extrativismo. A exemplo a sociedade civil organizada no município, tem acessado o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Essa é uma conquista dos movimentos, as mulheres têm se mobilizado e estão a frente dessa discussão, conseguindo avanços. Já estão na terceira administração municipal e tem garantido a venda sem reduzir o percentual oferecido ao programa.

Existe também, como resultado de uma articulação da sociedade civil no município, a construção de uma pauta ambiental, como fruto dos encontros de lavradores, e de organizações de produtores, buscando uma construção de debates e garantias de direitos junto ao poder público. Desses encontros também saem denúncias, mas que infelizmente não tem avançado no sentido de resolver os casos denunciados, seja de ocupação indevida dentro de assentamentos, crimes ambientais, e outros.

Os conflitos agrários envolvendo a entrada de pessoas estranhas nos assentamentos, conflitos com empresas, o caso da Argo. Além de outras, empreitadas com fazendeiros, como a que tem ocorrido no limite do município de Urbano Santos, para plantio de eucalipto na região, sendo contido graças a ação da sociedade civil através das suas organizações, como as organizações de trabalhadores rurais, ACR, TIJUPA e SMDH.

No município existem muitos casos judicializados, como é o caso da gleba Santana Contrato, que envolve uma pessoa que se diz proprietário, o processo já foi extinto, mas retorna, é um processo que envolve uma rixa familiar, e se estende por anos. Existe também um processo, contra a Argo, este envolve os danos ambientais causados pela empresa e também pelas indenizações irrisórias pagas as famílias. A TIJUPA, SMDH e as Associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município deram entrada na Defensoria Pública do Estado e do Ministério Público, esse processo envolve áreas de roçado e de capoeira e também áreas de uso coletivo, que ameaça a biodiversidade.

Apesar das articulações da sociedade civil na região, nenhuma candidata ou candidato assinou a “Carta de Compromisso”, elaborada pela Articulação Nacional de Agroecologia.

3) Sujeitos, organizações e iniciativas da sociedade civil relacionadas ao fortalecimento dos sistemas alimentares locais

No município de Morros existe uma importante articulação dos movimentos sociais, uma coalisão que envolve a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), a Comunidade Eclésia de Base (CBS), TIJUPÁ e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Essa colisão, composta por importantes organizações dos movimentos sociais do estado, realiza anualmente o maior encontro dos lavradores e lavradoras da região do Munim. É um evento que reúne cerca de 450 pessoas, já chegou a ter em uma edição com mais de 600 pessoas reunidas para discutir as principais demandas das agricultoras e agricultores. As pautas envolvem questões agrárias e ambientais a nível municipal, estadual e federal. Esse é um evento que já ocorre a trinta e oito anos. Agora em 2021 estaria ocorrendo o quadragésimo encontro, sendo interrompido pelo segundo ano de pandemia.

O município de Morros tem sido também reconhecido por uma importante iniciativa de fortalecimento dos sistemas alimentares e da economia das famílias, através de um trabalho de consolidação de sistemas agroecológicos e da realização de feiras agroecológicas para comercializar os produtos. O processo de comercialização iniciou em 2010, quando produtoras e produtores juntamente com a TIJUPÁ realizaram a I Feira da Reforma Agrária e Economia Solidária da Região do Munim, ocorrida no município de Morros. A partir de então as feiras só ganharam espaço e adeptos. Atualmente participam das feiras 110 famílias de agricultores e agricultoras assentas da Reforma Agrária na Região do Baixo Munim e em São Luís, onde são vendidos produtos dos seus quintais produtivos e de suas roças, bem como dos produtos do extrativismo.

A Rede Agroecológica do Maranhão- RAMA através da TIJUPÁ tem apoiado essa iniciativa, organizando desde 2010 um circuito de feiras agroecológicas. Estas feiras têm trazido maior autonomia as agricultoras e agricultores familiares. Criam uma aproximação entre produtores e consumidores. E as famílias organizam ainda suas produções e vendas dos produtos, diversificando os espaços de comercialização, tendo maior independência na venda dos seus produtos.

Estas feiras vão para além dos espaços do município de Morros, elas ocorrem em um circuito, que envolve os municípios de Rosário, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino. A participação das mulheres é majoritária, formando 95% do total de produtoras. O público consumidor tem um perfil econômico variado, sendo a maioria as pessoas de menor poder aquisitivo. As feiras ocorrem em espaços públicos e possui uma política de preços justos aos consumidores.

Nesse processo de organização e participação nas Feiras Agroecológicas, é importante destacar a participação da Articulação de Mulheres Agricultoras na região. Essas ações envolvem uma grande presença de mulheres, produzindo e

comercializando seus produtos e a incidência política dessa Articulação tem um papel fundamental.

Abaixo alguns marcos do processo de construção das Feiras Agroecológicas:

- ✓ 1994 – Início da assessoria da TIJUPA na Região do Baixo Munim
 - ✓ 1997 – Experiência da Feira da Agricultura Familiar de Presidente Juscelino com apoio da Central Ecumênica de Serviços (CESE)
 - ✓ 2005 – Abrangência da assessoria da TIJUPA é ampliada com a assinatura de convênios/contratos com o INCRA para realizar serviços de ATER nos assentamentos
 - ✓ 2011 – Realizada a I Feira da Reforma Agrária e Economia Solidária da Região do Munim no município de Morros
 - ✓ 2012 – Início das feiras agroecológicas assessoradas pela TIJUPA em Morros. Depois estendeu-se para Rosário, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino
 - ✓ 2014 – Realizados os primeiros encontros municipais das feiras agroecológicas nos quatro municípios. Tornaram-se anuais.
 - ✓ 2015 – Aprovado projeto junto ao PPP-ECOS (ISPN) para apoio à infraestrutura (em especial para aquisição de barracas) e formação para os membros do Circuito
 - ✓ 2015 – Realizado o 1º Encontro de Troca de Saberes das Feiras Agroecológicas da Região do Munim, encontro anual que acontece até hoje. Nesse encontro foi criado o Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Munim e eleita sua primeira Coordenação
 - ✓ 2015 – Inicia-se o Empório da Economia Solidária em São Luis /MA numa parceria do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (FEESMA) com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/MTE)
 - ✓ 2016 – Começa a Feira Agroecológica e Solidária realizada mensalmente na Praça Deodoro em parceria com o FEESMA
 - ✓ 2016 – Inicia-se o Circuito de Feiras Agroecológicas e Solidárias da Ilha de São Luis articulado no âmbito do GT Produção e Comercialização do FEESMA.
- 2017 – O Circuito concorre e é contemplado com o Prêmio Jorg Zimmermann de Sociobiodiversidade, promovido pelo ISPN, em meio a dezenas de concorrentes de todo o país.

Em 2011 o município de Morros iniciou a sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Em 2020 foram 106 famílias beneficiadas, destas, 85 são assentadas da reforma agrária, com uma diversidade de 45 produtos da agricultura familiar incluídos no cardápio para a alimentação escolar. Essa importante participação beneficia as famílias que vendem seus produtos e as que se

beneficiam de uma alimentação de qualidade, sem agrotóxicos e produzida por pequenos produtores que incrementam sua renda, motivando outras famílias a integrarem a proposta. É importante ampliar a participação das produtoras e produtores no PNAE ou a criação de um programa de compras municipal.

No tocante a comunicação no município, A TIJUPÁ teve por alguns anos um programa na rádio Educadora, chamado “O homem e a terra”, que tinha uma abrangência para além do de Morros, alcançava pela Educadora vários outros municípios no estado. Morros também já teve duas rádios comunitárias, mas atualmente não tem mais. Nesse momento a comunicação tem ficado a cargo das propagandas municipais.

4) Principais políticas públicas relacionadas aos sistemas alimentares locais

O município de Morros firmou em 2021 uma parceria com a associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Mirinzal, com uma proposta vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos –PAA, através da CONAB. Os alimentos serão fornecidos para o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, esses alimentos serão distribuídos para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa parceria foi articulada pela TIJUPÁ e a Associação de Moradores.

Aproximadamente 2,5 mil crianças do município estão recebendo os alimentos produzidos pelas famílias das comunidades tradicionais de Morros. São produzidos dentro dos princípios agroecológicos, permitindo uma alimentação de qualidade, livre de agrotóxicos. Além, disso o acesso a essa política permite uma melhoria na renda das famílias e beneficia as crianças que estão nesse momento de pandemia, impossibilitadas de irem as escolas.

5) Caminhos para incidência política

No município de Morros existem algumas ações de incidência política para a agricultura familiar e a agroecologia, apresentadas pela sociedade civil, como a lei que proíbe a ampliação, onde já existe e a plantação de empreendimentos de monoculturas, como o eucalipto, mamona, cana de açúcar, soja e sisal. Além dessa proibição, o decreto impede cultivos de sementes transgênicas nos plantios de monocultura. E ainda coloca a obrigatoriedade aos empreendimentos de monocultura com destaque para espécies da flora local equivalente a 30% de áreas cultivadas com mata nativa, com destaque aos pequizeiros,juçareiras, mirinzeiros, muricizeiros, buritizeiros, mangueiras, bacabeiras andirobeiras, bacurizeiros e palmeiras de babaçu, aroeira, guanandi, jatobá da mata, pau d”arco roxo, Pau d”arco amarelo, fava danta, cedro, mucunãzeiro, janaúbeira, imbaúbeira, amapázeiro, ameixa, azeitona, angelim, jacarandá, maçaranduba, cajuí, sucupira,

muriciparuru, pindaíba, biriba, tatajuba, gororoba, camaçari cedro, embira preta, imbiriba, pau-pombo, fava de bolota, murici pitanga, firmiano, pitidimba, faia, sincomora, jataí, marfim, pitomba de macaco, pitomba de leite, mirimdiba, tuturubá, imbira branca, amescla, barriguda, cascudinho, sapucaia, açoita-cavalo, farinha-seca, peroba, candeia, ameju, jenipapo-brabo, gororoba de sangue, guaribeira, paricá, amargoso, quina, amora, pratudo, anajá, pirunga, taquari, tucum, pati, barbatimão, goiabinha, goiaba-araçá, murta, maria-mole, jucá, pau de luiza, guajuri, toari, estopa, buraji, jarobandi, pau d'água, bicuíba, pau-terra, piquiá, jurema e buritirana.

O Decreto protege também as árvores nativas, proibido a produção de carvão vegetal, regulando a sua produção, apenas para o consumo doméstico.

Como ações de comunicação, uma importante iniciativa, para garantir o cumprimento do referido decreto é divulgar a existência dele no município, para que o máximo de pessoas possam reconhecer sua existência e as consequências.

Essa nova ação de incidência da agroecologia nos municípios, tem despertado uma grande mobilização da sociedade civil em Morros para a proposta de lei que será apresentado na câmara municipal. Além disso, os caminhos previstos para essa ação, mobilizará os/as agentes sociais para as audiências, para reuniões e conhecimento adquiridos com essas experiências.